

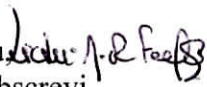
EDITAL

Dr.^a Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira, Presidente da
Câmara Municipal de Miranda do Corvo:

Torna público, que ao abrigo do artigo 91.º do Decreto-Lei 169/99, com a nova redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que por deliberação da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, de 15 de Fevereiro de 2006 e da Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro de 2006, foi aprovado o Regulamento de uso dos autocarros municipais.

O Presente Regulamento entrará em vigor 10 dias após a publicação deste Edital.

Para os devidos efeitos, publica-se o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

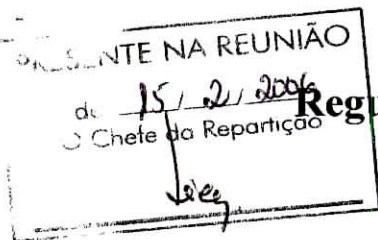
E eu, , Chefe de Repartição Administrativa da Câmara Municipal, o subscrevi.

Paços do Município de Miranda do Corvo, 13 de Março de 2006.

A Presidente da Câmara,



Dr.ª Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira



A Serra)
13/2/2006

Regulamento de Uso dos Autocarros Municipais

Preâmbulo

O Presente Regulamento visa disciplinar a utilização das viaturas municipais de passageiros, de forma a tornar mais transparentes as regras de utilização desses veículos.

Constituem leis habilitantes deste Regulamento a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e a alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alínea d) do artigo 16.º e alínea d) do n.º 20.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito e objecto

O presente Regulamento disciplina a utilização dos veículos automóveis de passageiros propriedade do município, com vinte e sete, dezasseis e nove lugares.

Artigo 2.º

Utilização e graus de prioridade

1 – Os veículos objecto do presente Regulamento destinam-se a apoiar actividades sociais, educativas, culturais, desportivas e recreativas, promovidas pela Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

2 – Quando disponíveis, podem ainda ser utilizados por entidades públicas e privadas que desenvolvem a sua actividade no concelho, nomeadamente os agrupamentos escolares, os clubes desportivos, as colectividades de cultura e recreio, as instituições de solidariedade social e outras entidades cuja actividade seja enquadrável nas áreas referidas, que sejam expressamente autorizadas pela Presidente da Câmara Municipal.

3 – Sempre que haja mais do que um pedido para o mesmo dia a Presidente da Câmara Municipal decidirá tendo em conta a pertinência dos pedidos, a sua antiguidade, o número de pessoas envolvidas e a distância a percorrer.

4 – Tem prioridade, sobre qualquer outro pedido, independentemente da antiguidade deste e do seu deferimento, a actividade da Câmara Municipal.

Artigo 3.º

Taxas

1 – A utilização dos veículos implica o pagamento da taxa de utilização constante dos artigos 39.º do capítulo XII do Regulamento de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, variando a taxa a liquidar em função da lotação do veículo, da extensão do percurso e da afectação de funcionários municipais ao serviço.

2 – Nesses termos constituem encargos a suportar pelas entidades utilizadoras:

- a) O pagamento do desgaste da viatura e do combustível utilizado;
- b) A alimentação e eventual estadia do motorista;
- c) Os encargos com horas extraordinárias e ajudas de custo do motorista, caso a deslocação se situe fora do período normal de trabalho;
- d) Portagens e parqueamentos.

3 – Para apuramento das custos, considera-se horário normal de trabalho o período correspondente ao horário laboral atribuído ao funcionário em questão.

4 – A Câmara Municipal assume a comparticipação de três visitas por ano lectivo e por escola do 1.º ciclo e pré-primária, até ao montante global de 450 km, desde que realizadas em dias úteis, com o objectivo de permitir que todos os alunos da pré-primária e do 1.º ciclo usufruam no mínimo de uma viagem de estudo gratuita.

5 – Na comparticipação a que se refere o número quatro não se incluem os custos constantes das alíneas b) e d), salvo em situações excepcionais a decidir caso a caso.

6 – A Câmara Municipal assume a comparticipação, referente às alíneas a) e b) do número dois, das viagens dentro do concelho das escolas pré-primárias, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundárias do concelho, desde que as mesmas se realizem em dias úteis.

7 – Nas viagens dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos e do secundário a eventual cedência de comparticipações por parte da Câmara Municipal será analisada caso a caso.

8 - A Câmara Municipal assume a comparticipação de duas viagens por ano às IPSS's do concelho, até ao montante global de 450 km por IPSS, desde que realizadas em dias úteis.

9 - Na comparticipação a que se refere o número oito não se incluem os custos constantes das alíneas b) e d), salvo em situações excepcionais a decidir caso a caso.

10 - Exceptua-se do estipulado na alínea a) do número dois do presente artigo as viagens resultantes dos cumprimentos de protocolos ou de contratos-programa.

11 - A entidade requisitante reembolsará a Câmara Municipal das despesas a que se refere o número dois, no prazo máximo de dez dias úteis após o termo da cedência da viatura.

Artigo 4.º

Isenção de taxas

Para além das situações previstas neste regulamento a isenção de pagamento pode ser atribuída excepcionalmente pela Presidente da Câmara, por razões devidamente justificadas.

Artigo 5.º

Regras de utilização

1 - Os pedidos deverão ser feitos por requerimento/ofício dirigido à Presidente da Câmara.

2 - Cada requerimento deverá reportar-se apenas a um pedido de cedência, devendo indicar a entidade responsável, finalidade da deslocação, hora e local de partida e de provável regresso, itinerário e número de pessoas envolvidas, pessoa responsável pela deslocação presente na viagem e o seu número de telefone de contacto.

3 - No caso da viagem utilizar mais do que uma viatura cedida pela autarquia a entidade responsável obriga-se, para além do responsável pela viagem, a indicar um responsável por cada viatura.

4 - O deferimento do uso dos veículos depende (para além das normas de acesso), da sua disponibilidade e de o requerimento ser apresentado com antecedência mínima de 15 dias (contados de forma seguida).

5 – A desistência do serviço requerido será obrigatoriamente comunicada aos serviços da Câmara com a antecedência mínima de três dias úteis.

6 – Em caso de força maior, como avaria do autocarro ou impedimento do motorista, a Câmara não assume a responsabilidade de substituição do autocarro, informando de tal facto a entidade requisitante, com a urgência possível.

Artigo 6.º

Condições de utilização

1 – O itinerário das viaturas não pode ser alterado no decorrer do serviço, salvo por motivos de força maior, como sejam condicionalismos próprios de trânsito ou o estado de saúde de algum passageiro.

2 – Não podem ser transportados, nas viaturas, quaisquer materiais susceptíveis de lhe causarem danos.

3 – Os utilizadores devem cumprir as normas de segurança rodoviária e de higiene e limpeza, designadamente:

- a) Não fumar;
- b) Não comer;
- c) Não danificar ou sujar a viatura;
- d) Não permanecer de pé ou circular com a viatura em movimento;
- e) Não perturbar a acção do motorista nem pôr em causa a segurança da viatura e dos seus passageiros.

4 – É proibida a utilização das viaturas de transportes colectivos da Câmara com fins lucrativos.

5 – Deve ser sempre respeitada a lotação da viatura. Quando se trata de transportes escolares deve ser respeitada a lotação prevista na legislação aplicável.

6 – Os autocarros municipais por cada duas horas de viagem devem fazer uma paragem de 15 minutos, para descanso do motorista e passageiros.

7 – Antes do início da viagem, o motorista e o responsável pela utilização devem verificar o estado da viatura, voltando a fazê-lo no fim, para verificar eventuais danos, assinando ambos documento comprovativo do acto.

Artigo 7.º

Responsabilidades

1 – O requisitante das viaturas é nelas e por elas responsável, durante todo o período correspondente à cedência, pela sua limpeza, pela sua manutenção, pelos danos materiais nelas eventualmente causados pelos respectivos ocupantes.

2 – A Câmara Municipal de Miranda do Corvo não se responsabiliza, em caso de acidente, por indemnizações não cobertas pelo seguro.

3 – Em caso de acidente que provoque a imobilização do veículo, as despesas ocasionais com o regresso das pessoas, e eventual alojamento e refeições das mesmas, incluindo motoristas, ficam a cargo da entidade requisitante, excepto se existir possibilidade de recorrer ao seguro de assistência em viagem da viatura.

4 – São obrigações do condutor:

4.1 – Apresentar ao seu superior hierárquico, nos três dias seguintes à realização do serviço, um relatório circunstanciado da viagem, devendo mencionar qualquer anomalia ocorrida.

4.2 – Respeitar o itinerário e horário autorizados, salvo em casos de força maior, a qual deve ser objecto de adequada justificação.

4.3 – Não permitir que a viatura exceda a lotação definida na legislação.

4.4 – Zelar pelo bom estado de conservação e limpeza da viatura.

4.5 – Cumprir o código da estrada, garantindo a segurança de pessoas e bens.

5 – São obrigações da entidade utilizadora, representada para o efeito pelo responsável indicado para a viagem:

5.1 – A permanente manutenção da viatura em boas condições de higiene e limpeza.

5.2 – Evitar quaisquer danos ou actos impróprios praticados pelos passageiros durante a viagem ou nos locais de paragem da viatura.

5.3 – Acatar de imediato as ordens do motorista.

6 – São da responsabilidade da entidade requisitante:

6.1 – Os danos materiais causados nos veículos, em consequência de actos praticados pelos seus ocupantes durante o período de cedência.

6.2 – Os danos corporais ou materiais causados a terceiros, no interior ou exterior dos veículos, em consequência de actos praticados pelos ocupantes durante a circulação ou quando os veículos estiverem imobilizados.

Artigo 8.º

Disposições diversas

1 – As viaturas serão sempre conduzidas por motorista com habilitação correspondente à categoria do veículo.

2 – Os serviços autorizados podem ser anulados pelo presidente da Câmara Municipal quando surjam casos excepcionais, nomeadamente avarias mecânicas, impossibilidade verificadas por parte dos motoristas, ou em caso de iniciativas municipais imprevistas que requeiram a afectação destes recursos, devendo para o efeito comunicar-se o facto à entidade requisitante o mais urgente possível, sem pagamento de qualquer indemnização.

Artigo 9.º

Casos omissos

1 – Nos casos omissos, não previstos no presente regulamento a decisão compete à Presidente da Câmara Municipal.

2 – A Presidente da Câmara Municipal pode delegar nos Vereadores as competências expressas neste regulamento

Artigo 10.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 10 dias após a publicação do edital.